



Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

/UNIRIO/CEDERJ

PAULO CESAR DE ALMEIDA BARROS LOPES

Título: O FUNDING LOAN E O PROCESSO ECONÔMICO BRASILEIRO DA REPÚBLICA VELHA AO PERÍODO MILITAR, PARTE 1.

RESUMO

Em linhas gerais, este trabalho tem como objetivo destacar como se dava a inserção da economia brasileira no mercado internacional, em especial, através dos Funding Loan, e como se caracterizava a política econômica do Estado brasileiro ao longo do período da Primeira República (1889-1930) e do período varguista (1930-1945), mostrando assim o início do processo de endividamento do Estado Brasileiro com as potências europeias e consecutivamente com o Sistema monetário internacional.

Palavras- chave: economia brasileira; mercado internacional, Funding Loan, Primeira República; varguismo.

De acordo com o jornal O Globo, edição online de 22/02/2008, atualizada em 10/01/2012, sob o verbete, “ Histórico da dívida externa no Brasil”, artigo baseado em dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, destaca que Brasil a partir de 1824 já iniciou seu processo de nação com o país endividado, porque o Imperador D. Pedro I solicitou empréstimos externos para cobrir dívidas da antiga colônia portuguesa. Isso gerou uma sequência de endividamentos externos os quais culminaram no primeiro *funding loan*¹ (1898) que no governo Campos Sales fora uma medida econômica tomada objetivando a tentativa de negociação, do governo brasileiro com a Inglaterra, de uma saída em relação à questão da dívida interna causada pela política de encilhamento². Apesar da tentativa de Campos Sales, essa medida não resolveu o problema, tanto que se seguiram ao primeiro *Funding Loan*, dois outros, sendo que o segundo ocorreu em 1914 com a Primeira Guerra Mundial como pano de fundo e o terceiro em 1931, no início da Era Vargas. É interessante ressaltar que o artigo do jornal O Globo faz um resumo histórico desse processo de endividamento brasileiro até o ano de 2005, mas iremos nos ater ao período de 1898 até o fim da Era Vargas em 1945. Não obstante, para uma melhor compreensão deste processo de endividamento se faz necessário o entendimento do período anterior ao mesmo; a transição do Brasil de Império para República. À medida que o tráfico de escravos diminuía, passou a ser importantíssima a busca para uma solução a fim de que a força de trabalho escrava fosse substituída. A fórmula encontrada para tal substituição deu-se através da contratação da mão de obra de imigrantes europeus, mas tal emprego de mão de obra não garantia nenhuma mudança significativa no processo econômico brasileiro, mas ajudaram no processo de estremecimento da base sócio-econômica e política da monarquia, desta forma fora pavimentado o caminho para a instauração da República. Sendo que através da implantação este novo regime, as oligarquias, em especial a cafeeira, passaram a ter destaques, e também passaram a exercer uma forte influência na direção do caminho

¹ - *Funding loan* é uma expressão em inglês que significa a concessão de um empréstimo novo para unificar anteriores empréstimos numa só dívida. Foi uma medida econômica que foi tomada pelo quarto Presidente da República, Campos Sales, e por seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, no ano de 1898. Lembrando que o Brasil era um país que tinha como forma de governo a Monarquia até novembro de 1889. “Disponível em”: <<https://www.infoescola.com/historia/funding-loan/>>; “Acesso em “: <25/02/2108>.

² - A “**crise do encilhamento**” ou simplesmente o “**encilhamento**” foi uma fase da economia brasileira, a primeira crise da República. Ocorreu no fim do período monárquico, mais precisamente no final do segundo reinado, mas se fez sentir propriamente durante o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, entre 1889 e 1891. O nome que se dá à crise (encilhamento) se refere à prática de corrida de cavalos. Encilhamento é a colocação dos cavalos em suas posições para a largada. Disponível em””: <<https://www.infoescola.com/historia/encilhamento/>>; “Acesso em “: <25/02/2108>.

que Brasil percorreria. Em consonância com isso, do poder exercido pelas oligarquias, o processo de transformação que estava ocorrendo ao redor do mundo também atingiu o Brasil, a saber: revoltas e greves oriundas da participação do operariado brasileiro que fora influenciado pelos imigrantes que aqui se estabeleceram, pois estes imigrantes eram experientes nestes procedimentos. Aliado a este fato, ainda temos de destacar que uma parcela da população negra, que já não era mais escrava, apesar de livre, estava tendo dificuldades para ser inserida nesta nova realidade nacional. Dentro deste processo de transformação, vale ressaltar que o desdobramento dessas mudanças fica intrinsecamente atrelado à história do café, pois durante a monarquia ficara evidenciado o desenvolvimento espetacular da cultura cafeeira, a qual pôde ser vista em desenvolvimento em grandes áreas, em várias partes do Brasil, substituindo de uma forma progressiva a cultura de cana de açúcar, com destaque inicial para a região do Vale do Paraíba, que era considerada a área mais importante na produção de café, localizada entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, contudo, além destes dois estados mencionados, tínhamos os estados de Minas Gerais e Espírito Santo como produtores de café, cultura essa que foi responsável pela sustentação da economia do Império, tanto que na segunda metade do século XIX, o comércio do café estava inserido dentro do contexto consumista, e também na questão da dinâmica de exportações por ter se tornado um produto de consumo mundial, cujo mesmo foi o principal produto de exportação do Brasil por mais de cem anos. É imperativo afirmar que tal contribuição ficara evidente, pois houve uma melhora no desenvolvimento do mercado interno, sendo que tal melhora ajudou a engrenar o processo de urbanização. E com a construção, em 1860, de uma estrada de ferro que ligava São Paulo ao porto de Santos, a produção cafeeira teve um crescimento significativo entre os anos 80 e 90 do século XIX, tanto que este eixo superou o Rio de Janeiro, tornando-se assim o maior centro exportador de café do mundo. Alie-se a isso o fato de que a economia cafeeira em São Paulo foi o grande motor da economia brasileira desde a segunda metade do século XIX até a década de 1920. Nesta parte importante da década de 80, no século XIX, além da mudança do sistema de mão de obra, de escrava para assalariada, nota-se também o processo de transição da Monarquia para a República, pois segundo Emília Viotti da Costa, no seu livro intitulado, “*Da Monarquia à República: momentos decisivos*”, ela afirma a conjugação de três forças que foram impostas inerentemente com a proclamação da República que se reuniram de forma temporária em torno do ideal republicano contra um inimigo comum, a Monarquia. Desta forma, estas três forças

representadas pelos fazendeiros do Oeste paulista, uma parte do exército, e representantes das camadas médias e urbanas mantiveram certa unidade para que juntas abalzassem a proclamação da República no ano de 1889. No entanto esta aparente harmonia não durara por muito tempo, pois suas divergências foram sendo externadas novamente no período republicano, provocando assim inúmeros conflitos. Tal fato evidencia que é importante perceber que na teoria, ocorrera uma mudança aparentemente significativa, contudo essa mudança ficou restrita à teoria porque na prática as velhas ações eram mantidas, e segundo o entendimento Emília Viotti, não houve ruptura no processo histórico brasileiro, tendo em vista que mesmo na República podia-se e observar o sistema econômico de produção, característico de um sistema colonial, com ênfase na contínua dependência ao capital estrangeiro, com uma melhora na infra-estrutura do país, cuja mesma se deu com auxílio deste capital estrangeiro, que de certa forma, semelhante ao que ocorrera no período monárquico, cujo esse mesmo capital analisado no período entre 1860 e 1902, tinha sido inserido no Brasil; no qual 77,6% do total destes investimentos originavam-se da Inglaterra, o restante dele seguido pela França (com 5,9%), na sequência pela Alemanha (4,3%), Bélgica (4%), o Canadá (2,3%) e os Estados Unidos (2,2%) (Arias Neto, 2003). Esse capital estrangeiro passou de investimento para a categoria de dívida externa, com a inserção de máquinas e equipamentos industriais que ficou conhecido como processo de capital constante. Vale ressaltar também que esta expansão econômica da Primeira República passou por dois momentos interessantes: o primeiro, já citado, que fala sobre a expansão da exportação do café em caráter mundial, e em segundo plano, a limitação desta exportação tendo em vista que a intermediação desta exportação ser realizada usando-se moeda estrangeira, no caso a libra esterlina inglesa. Esta forma de fazer comércio exterior facilitou em muito com que a nossa política cambial fosse transformada no elemento central da política econômica praticada na recém-formada República. De acordo com Marcelo de Paiva Abreu essa adoção da política cambial pode ser destacada em virtude do que ele destaca em um trecho de sua publicação:

Os mais de 100 anos que marcaram o primeiro período de endividamento externo do Brasil foram caracterizados pela ocorrência de sucessivas crises de balanço de pagamentos e episódios periódicos de renegociação de pagamentos contratualmente acertados. A grande turbulência do período inicial da história do Brasil independente foi normalizada na década de 1840, com a estabilização política que se seguiu à maioria de D. Pedro II e recuperação da capacidade fiscal do Estado, com a eliminação das restrições ao nível máximo das tarifas de importação imposto pelo governo britânico nas negociações após a independência. Seguiu-se um longo período de

estabilidade e gradativo endividamento externo, só interrompido, temporariamente, no início da República. Na Tabela 1, são apresentados dados relativos ao endividamento externo brasileiro até 1931. Até 1900, praticamente todos os empréstimos brasileiros foram lançados em Londres³.

Dentro desta ótica é perceptível que o endividamento brasileiro que levou o governo de Campos Sales a solicitar o primeiro Funding Loan como hipoteca a arrecadação da alfândega do Rio de Janeiro e dos demais portos brasileiros; sendo que tal operação se deveu em parte por alguns fatores importantes; o endividamento interno com a liberação de crédito acompanhada de especulação que caracterizou a crise do ‘encilhamento’ e pelo aumento da inflação na primeira metade da década de 80 no século XIX(Arias Neto, 2003), investimentos estrangeiros que se tornaram empréstimos a juros significativos e queda do saldo da balança comercial, consecutivamente com a diminuição da entrada de novos empréstimos, bem como a queda da taxa cambial. Segundo Celso Furtado, sendo o Brasil um país com vasta extensão de terras disponíveis para a agricultura, além da mão de obra subempregada, bem como sendo o detentor de grande parte da oferta mundial do café, dentro deste contexto, o Brasil tinha condições bem evidentes de controlar o preço do café no mercado internacional, e assim elevar de uma forma gradual a oferta do referido produto na exportação com os lucros obtidos. O único problema nesta situação era a volatilidade do mercado mundial, pois toda esta demanda estava intrinsicamente associada ao crescimento populacional dos países consumidores, logo, é neste contexto que se encontra o ponto nevrálgico da situação, pois a oferta de café estava infinitamente superior ao aumento de consumidores, sendo tal perspectiva fazia com que o futuro deste processo parecesse tenebroso porque a tendência seria uma queda de preço do café há um tempo à frente. Tanto que em 1906 o governo Federal com o objetivo de valorizar o café iniciou a compra dos estoques excedentes desta produção. O problema que esta compra não foi feita usualmente com o dinheiro do governo, mas sim com empréstimos oriundos do exterior financiados por tributos cobrados sobre a própria exportação de café, política essa que surtiu efeito a curto prazo, mas em longo prazo, tal política não se tornou eficaz. Dentro desta conjuntura é indubitável que o recuo do preço do café afetava diretamente a renda dos produtores de café em relação à moeda nacional porque o câmbio praticado era mantido elevado por conta do primeiro Funding Loan.

³ - ABREU, Marcelo de Paiva. Os Funding loans brasileiros—1898-1931 In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 32, no 3, página 516- dez. 2002. “Disponível em”: <repositorio.ipea.gov.br>; “Acesso em”:<26/02/2019>.

O cenário estava montado para um novo Funding Loan, pois Marcelo de Abreu destacou o seguinte:

Entre 1900 e 1905, concomitantemente à apreciação cambial, dobrou o saldo em circulação dos empréstimos externos tomados pelo Brasil. Entre 1905 e 1913, na idade de ouro da República Velha, esse saldo dobrou novamente, e os empréstimos franceses, muitos deles de qualidade duvidosa, aumentaram rapidamente sua participação no saldo total para cerca de 20% (ver Tabela 1).¹⁹ A “janela de oportunidade” que se abriu no mercado financeiro internacional permitiu um significativo aumento da dívida externa, tornando a economia brasileira, a exemplo de outras economias em desenvolvimento, extremamente vulnerável a qualquer perturbação que afetasse fluxos de capital e exportações. A partir de 1912, o Brasil enfrentou uma sucessão de eventos que transformaram radicalmente a posição do seu balanço de pagamentos. O serviço da dívida havia sido retomado a partir de 1909⁴.

Para ajudar no agravamento do quadro, em 1914 o mundo entrou na Primeira guerra Mundial, a qual ajudou a aumentar a crise do café porque a diminuição das exportações foi drástica, pois o mercado europeu reduziu drasticamente o consumo deste produto. Isso gerou uma incerteza no mercado e os países credores do Brasil estavam cobrando uma política mais responsável por parte do país em relação ao primeiro Funding Loan. Sendo que neste clima de incerteza e com a eclosão da guerra a situação ficara mais difícil para o Brasil. Dentro deste contexto os acontecimentos relatados por Marcelo de Abreu mostram que o Brasil entra num sistema denominado bola de neve, pois ao solicitar o segundo Funding Loan, se curva definitivamente ao mercado financeiro colocando a nação numa relação de subserviência ao capital estrangeiro;

⁴ - **ABREU**, Marcelo de Paiva. Os Funding loans brasileiros—1898-1931 In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 32, no 3, página 523- dez. 2002. “Disponível em”: <repositorio.ipea.gov.br>; “Acesso em”:<26/02/2019>.

O segundo funding loan teria um capital nominal máximo de £ 15 milhões, emitido ao par, 63 anos de prazo de amortização com início de resgate em 1927, taxa de juros de 5%, e seria garantido pela receita da alfândega do Rio de Janeiro e, subsidiariamente, de todas as outras alfândegas da república. Seriam suspensas as amortizações de todos os empréstimos federais denominados em libras ou francos franceses até 1º de agosto de 1927³² e os juros desses empréstimos que vencessem entre 1º de agosto de 1914 e 31 de julho de 1917 seriam refinanciados pelos novos títulos. Ficavam vedadas, também por três anos, a emissão e a garantia de novos empréstimos externos, ou de empréstimos internos com juros pagáveis no exterior.⁵

Na Primeira República, a década de 1920 é considerada uma das mais importantes, pois o interesse dos produtores de café e do Estado brasileiro tornara-se convergente. Isso ficou evidente quando o presidente Venceslau Braz atendeu a demanda dos produtores paulistas no sentido do governo intervir no mercado, fato este que se consumou através da emissão de papel moeda. Ainda falando sobre a intervenção federal, o governo interviu novamente em 1921 comprando estoques excedentes através de empréstimos com os banqueiros Rothschild. Desta forma é imperativo afirmar que a partir destas ações, o capital estrangeiro assumiu de vez a venda do café através da firma anglo-americana Brazilian Warrant Co, que por incrível que pareça, passou a construir armazéns nos portos brasileiros e em consequência disto, essa empresa passou a regular a entrada de café nos portos brasileiros. A maior participação das exportações cafeeiras ocorreu em 1924-1928, pois neste período houve uma recuperação da economia, além de um *boom*⁶ no mercado internacional, mesmo assim ocorreu também um endividamento externo brasileiro, em um menor grau, no entanto tal endividamento aconteceu simultaneamente em vários países, sendo que a partir de 1928 novamente ocorrera uma retração no mercado mundial, assim, tendo em vista que o Brasil já se tornara dependente deste mercado externo, houve uma violenta crise de balanço de pagamentos, daí na sequência com a crise de 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, a situação se acelerou para a piora, pois a crise atuou em efeito “cascata”, não só atingindo os estadunidenses, mas todo o mundo com desemprego total ou parcial, falência de empresas, moratória de dívidas. Numa economia altamente integrada, esse tipo de colapso ganha proporções imensuráveis, semelhante a um *tsunami*.⁷ Assim foi nos Estados Unidos; assim foi na Europa.

⁵ Ibidem

⁶ Desenvolvimento acelerado de uma determinada atividade econômica, de uma cidade, do apoio a uma candidatura política, etc. “Disponível em”: <<https://www.dicio.com.br/boom/>>; “Acesso em”: <03/03/2019>

⁷ Um *tsunâmi* (em japonês: 津波 IPA: [t̚su˞nã˞mi], lit. "onda de porto") ou *maremoto* (do latim: *mare*, mar + *motus*, movimento) é uma série de ondas de água causada pelo deslocamento de um grande volume de um corpo de água, como um oceano ou um grande lago.

Indubitavelmente tais circunstâncias encaminharam o Brasil para o terceiro Founding Loan , que segundo Marcelo de Abreu ocorreu da seguinte forma:

Montagu Norman, o governador do Banco da Inglaterra, tendo como objetivo “conduzir o Banco do Brasil para uma rota de virtuosa independência”, acreditava que o envio de um perito britânico seria importante para “assegurar a ortodoxia do *banco central e tentar melhorar as perspectivas dos detentores de títulos.*”³⁶ Concordeu em solicitar a Sir Otto Niemeyer, alto funcionário do Bank of England e conhecido *money doctor britânico, que visitasse o Brasil, desde que o convite fosse “redigido de tal maneira que implicasse a aceitação de quaisquer sugestões que fossem apresentadas”[...] O funding foi lançado em duas séries, ambas com taxa de juros de 5%, que previam resgate em 20 e 40 anos, dependendo da garantia de cada empréstimo cujos juros estavam sendo refinanciados. Para os empréstimos em dólares, foram lançados apenas títulos de 20 anos. O total do lançamento estava limitado a cerca de £ 18 milhões para refinar os juros dos empréstimos federais que vencessem a partir de outubro de 1931 por três anos (ver Tabela 3). O serviço dos fundings anteriores seria mantido inalterado. O acordo incluía a provisão de recursos correspondentes a pagamentos não-realizados em moeda estrangeira relativos a juros e amortizações, convertidos à taxa de 6 pence por mil-réis, que seriam depositados no Banco do Brasil e destinados a amortizações extraordinárias da dívida externa, ou, “enquanto não for possível adquirir as cambiais”, a compras de títulos públicos.*⁸

No plano Aranha ocorreu uma tentativa de renegociar o acordo feito com Niemeyer. De acordo com Abreu, ficou delineado da seguinte forma: “Aranha, tentando evitar críticas ao acordo, enfatizou que o Brasil pagaria nos próximos anos apenas £ 6 milhões em quatro anos em vez de £ 90,7 milhões contratuais, acumulando, portanto, “ganhos” de £ 57,1 milhões em quatro anos.” Não obstante, com a chegada de Vargas ao poder estes acordos tomaram outro rumo. Getúlio Vargas através de um processo revolucionário de tomada de poder, no qual como pano de fundo temos a crise de 1929 e a anterior política do “café com leite” que começou com Campos Salles e terminou em 1930, período esse que o Brasil ficara sob o domínio da oligarquia cafeeira que ficou centralizada no eixo São Paulo- Minas Gerais e que fora interrompida pela Revolução de 1930. Vargas se define como ‘defensor do povo’, o texto constitucional idealizado por ele aparentemente buscou conciliar o conceito liberal-democrático com o poder de intervenção do Estado através

imensos

volumes de água e energia envolvidos, tsunâmis podem devastar regiões costeiras. “Disponível em”:<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tsun%C3%A2mi>>; “Acesso em”:<03/03/2019>

⁸ ABREU, Marcelo de Paiva. Os Funding loans brasileiros—1898-1931 In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 32, no 3, página 528e 530- dez. 2002. “Disponível em”: <repositorio.ipea.gov.br>; “Acesso em”:<26/02/2019>.

do princípio autoritário, que desta forma colocara Vargas como um “mediador” entre as classes e segundo o seu entendimento ele estabelece o trabalho de libertação do povo em geral instaurando um regime de liberdade. Estado Novo fora outrora caracterizado por Getúlio, como regime de liberdade social porque ele estaria modularmente “tutelando” o povo e conduzindo-o como “um pai” e protegendo-o e cuidando das necessidades deste “filho”, mas na verdade, a partir do Estado Novo, Vargas suspende todos os acordos anteriores relacionados aos três Funding Loan, e também, a Constituição promulgada excluía as conquistas democráticas da Constituição de 1934 com a dissolução de partidos políticos, nomeação de interventores federais, cancelamento das eleições e a regulação da liberdade política e de expressão através de órgãos caracteristicamente de caráter regulador. Em vista disso, é digno de nota que o varguismo através do bom uso da propaganda conseguiu caracterizar-se como um sistema paternalista através do qual segundo Fausto este governo era como um “guia e pai, doava benefícios a sua gente e dela tinha o direito de esperar fidelidade e apoio. Os benefícios não eram fantasia”. Destacando ainda a declaração de Vargas sobre a proteção dos pobres, fica evidente que além das transformações de natureza política, ocorreram também as transformações de natureza econômica com o impulso do desenvolvimento do setor urbano industrial, com a ampliação da indústria de base e culminando na regulamentação do governo sobre o mercado de trabalho urbano através da promulgação da lei trabalhista, além da fundação em 1941 da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, e em 1942 com a fundação da companhia Vale do Rio Doce; foram tomadas medidas protetivas para o fortalecimento do mercado interno em virtude da Grande Depressão de 1929. As medidas que foram tomadas por Vargas tiveram um impacto enorme no mercado interno; salário mínimo, regulamentação dos sindicatos, CLT, fortalecimento da indústria sem abandonar a fonte de matéria prima; realmente uma política intervencionista do Estado que apesar de ser caracteristicamente ditatorial, tinha “rusgas” de um Estado liberal, mesmo assim não deixava de cuidar o que era de propriedade dos brasileiros, os recursos naturais, os quais foram protegidos através de medidas do Governo varguista que tinham como intuito regulamentar as atividades de exploração destes recursos cujo sua natureza fosse considerada de valor estratégico e militar. Paralelo a este ponto Roberto destaca:

As interpretações assinaladas minimizam o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação que se instaura ou se acelera a partir de 1930. Em primeiro lugar, é estranha a abstração que se faz do papel do Estado na própria criação do mercado: a que mercado se referem, quando dizem que os níveis do salário mínimo foram ou são fixados acima do que se poderia esperar num “mercado livre”? Esse “mercado livre”, abstrato, em que o estado não interfere, tomado de empréstimo da ideologia do liberalismo econômico, certamente não é um mercado capitalista, pois precisamente o papel do Estado é “institucionalizar” as regras do jogo;⁹

Pode-se considerar a genialidade de Getúlio Vargas em virtude de sua capacidade de agregar valores, porque na sua política, tanto no desenvolvimento e também na implantação da mesma é perceptível a sua compreensão na resolução dos problemas da nação, por ele também possuir uma sensibilidade crítica dos problemas que afetam as pessoas em geral, isso fez com que ocorresse naturalmente uma aproximação deste exímio governante com as pessoas em geral e pavimentou essa “amizade” com os trabalhadores, e isso incomodou a elite oligárquica despótica, sempre acompanhada pela burguesia ascendente, que desejava o poder a qualquer custo, mesmo que este custo produzisse a perda dos direitos da maioria da população em detrimento a um grupo restrito. Diante da política populista de Vargas, concluo o artigo com as palavras de Roberto Schwarz:

O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de cumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil nos pós-anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual, mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores “atrasado” e “moderno”. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo. Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns –

⁹ (FAUSTO, 1996, p. 375)

transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir.¹⁰

BIBLIOGRAFIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. Os Funding loans brasileiros—1898-1931 In: Pesquisa e Planejamento Econômico. Vol. 32, no 3, dez. 2002. “Disponível em”: <repositorio.ipea.gov.br>; “Acesso em”:<26/02/2019>.

Estado e Economia no Brasil Contemporâneo - Aula 1 Agricultura e ruralismo na Primeira República: a “vocação agrícola” do Brasil- **Maria Letícia Corrêa** –; CECIERJCEDERJ-2019.

Estado e Economia no Brasil Contemporâneo- Aula 2 Crescimento industrial na Primeira República: nacionalismo e protecionismo – **Pedro Henrique P. Campos** ; CECIERJCEDERJ-2019.

10

História do Brasil 3 - Aula 1 – A República em transformação?

Leonardo

Leonidas de Brito / Vera Lúcia Bogéa Borges; CECIERJ-CEDERJ-2018.

História do Brasil 3 - Aula 2 – 1930: Revolução? Leonardo Leonidas de Brito / Vera Lúcia Bogéa Borges; CECIERJ-CEDERJ-2018.

OLIVEIRA, Francisco de. “Uma breve colocação do problema”; “O desenvolvimento capitalista pós-anos 30 e o processo de acumulação”. In: **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 29-60.

SCHWARZ, Roberto, **DE OLIVEIRA**, Fernando- **Crítica à razão dualista/Ornitórrinco**: 2015 — “Disponível em”< books.google.com>; “Acesso em”<27/02/2019>.

VISCARDI, Cláudia Maria R.. O Federalismo como Experiência: Campos

¹⁰ Crítica à razão dualista/O ornitorrinco F De Oliveira, Roberto Schwarz página 32 - 2015 - books.google.com

Sales e as Tentativas de Estabilização da República. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 59, n. 4, p. 1169-1206, Oct. 2016 . “Disponível em”: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000401169&lng=en&nrm=iso>. “Acesso em: <01 de Março de 2019>.

<http://dx.doi.org/10.1590/001152582016110>.